

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil Class.: Energia UHE/Sudeste

Data: 26/05/94 Pg.: 05

São Paulo discute represa em área de Mata Atlântica

RONALDO BRASILIENSE

Sob forte pressão do grupo Votorantim, o Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo analisa hoje o Relatório de Impacto de Meio Ambiente (Rima) da hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, o último rio vivo dos estados de São Paulo e Paraná que corre sem barragens por região de Mata Atlântica. A hidrelétrica está sendo proposta pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Outras três barragens — Itaoca, Funil e Batata, previstas pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) —, também ameaçam o Ribeira do Iguape.

O reservatório da barragem do grupo Votorantim prevê a inundação de 11 mil hectares de Mata Atlântica e das melhores terras agrícolas do Vale do Ribeira. Também exigirá a remoção de 8 mil pessoas que moram na área de influência da hidrelétrica, inclusive comunidades negras remanescentes de quilombos, com direitos garantidos pela Constituição Federal.

A barragem do Rio Ribeira de Iguape é considerada desastrosa até pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb). Em parecer de novembro de 1993, a Cetesb não recomenda a construção da hidrelétrica devido aos seus efeitos negativos: aumento de contaminação do rio, principalmente por metais pesados; provável deterioração da qualidade da água do Ribeira de Iguape; alteração na biodiversidade; e prejuízos à produção pesqueira.

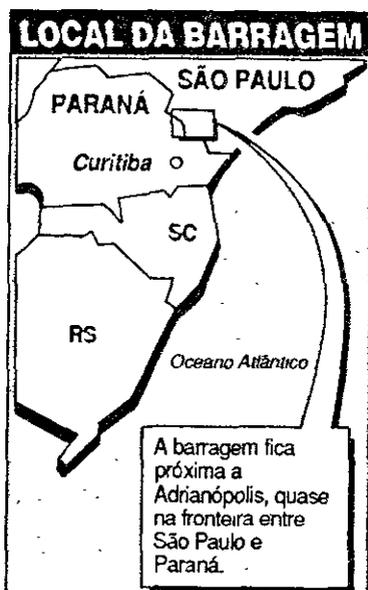
Outro relatório aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente em março passado mostra que o Vale do Ribeira é uma região vulnerável do ponto de vista ambiental, destacando a necessidade de se concluir o macrozoneamento do Vale do Ribeira e do Programa de Aproveitamento Múltiplo de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Ribeira de Iguape. Documentos oficiais do Plano Es-



Antonio Ermirio pressiona



Capobianco: prejuízo ambiental



A barragem fica próxima a Adrianópolis, quase na fronteira entre São Paulo e Paraná.

tadual de Recursos Hídricos, aprovados pela Assembleia Legislativa de São Paulo, caracterizam a Bacia do Rio Ribeira de Iguape como uma "unidade de gerenciamento de recursos hídricos, turística e de preservação", descartando a utilização do rio para a produção de energia elétrica.

Contra todos os argumentos técnicos, a CBA — uma das maiores produtoras de alumínio do país — exerce forte pressão junto ao Ministério do Meio Am-

biente e da Amazônia Legal, ao governo de São Paulo e às prefeituras do Vale do Ribeira para forçar uma decisão favorável ao grupo Votorantim. "A construção da barragem vai inundar uma extensa área de Mata Atlântica intocada, num retrocesso ambiental sem precedentes", acusa o biólogo João Paulo Capobianco, diretor executivo da Fundação SOS Mata Atlântica.

O empresário Antônio Ermirio de Moraes, dono da CBA, chegou a manter entendimentos com o ministro do Meio Ambiente, Henrique Cavalcanti, impedindo que o governo federal requisitasse para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) a aprovação da obra, conforme determina a legislação que disciplina a utilização de rios que percorrem mais de um estado, como no caso do Ribeira de Iguape.

O deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP) questionou a postura do Ministério do Meio Ambiente de não avocar para Brasília a decisão sobre a construção da hidrelétrica da CBA através de representação ao Ministério Público e tenta evitar na justiça que a obra seja aprovada.